

NAS TRILHAS DA METÁFORA: O ENGENHO COMO UM REINO

In the tracks of the metaphor: the device as a kingdom

En las pistas de la metáfora: el ingenio como reino

Diego José Fernandes¹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a metáfora do engenho senhorial nordestino como um reino. Tal tropos linguístico foi produzido pelo romancista paraibano José Lins do Rego, em seu primeiro romance, Menino de engenho (1932). Assim, com base em algumas ideias de Paul Ricoeur, almejamos fornecer uma possível interpretação da metáfora utilizada pelo literato nordestino. Como e por que José Lins elaborou a metáfora do engenho como um reino? Eis a principal questão do nosso texto.

Palavras-chave: Engenho. Metáfora. Reino. Texto.

Abstract: The current study aims to examine the metaphor of the sugar plantation manor Northeast as a kingdom. Such linguistic tropes was produced by paraibano novelist José Lins do Rego, in his first novel, Meninos de Engenho (1932). Thus, based on some ideas of Paul Ricoeur, we aim to provide a possible interpretation of the metaphor used by northeastern litterateur. How and why José Lins elaborated the metaphor of ingenuity as a kingdom? Is the main question of our text.

Keywords: Plantation. Metaphor. Kingdom. Text.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo examinar la metáfora del engenho senhorial (hacienda) del noreste brasileño como un reino. Este tropo lingüístico fue producido por el novelista paraibano José Lins do Rego, en su primera novela, Menino de engenho (1932). Por lo tanto, basado en algunas ideas de Paul Ricoeur, nuestro objetivo es ofrecer una posible interpretación de la metáfora utilizada por el escritor nacido en el noreste de Brasil. ¿Cómo y por qué José Lins desarrolló la metáfora del engenho senhorial como un reino? Esta es la pregunta principal de nuestro texto.

Palabras clave: Engenho. Metáfora. Reino. Texto.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Não há metáforas no dicionário.
Paul Ricoeur.

Desde Aristóteles (384 a. C - 322 a. C), pelo menos, a metáfora vem sendo problematizada no Ocidente. Embora o filósofo grego não tenha dedicado nenhum livro em particular à metáfora, o fez em dois livros hoje consagrados, na *Poética* e *Retórica*. Após Aristóteles, inúmeros outros filósofos dedicaram longas e complexas reflexões ao problema da metáfora. Cícero, Quintiliano, John Locke, Rousseau e vários outros ilustres pensadores (a lista de nomes vai até o século XX) dissertaram acerca do tropo linguístico metáfora. Segundo a filósofa Sofia Miguens, a tradição filosófica ocidental produziu uma variedade de visões referentes à metáfora, de modo que há teorias com propósitos linguísticos, cognitivos e ontológicos. Assim, a discussão da metáfora não consistiria apenas em uma mera questão de linguagem, mas tocaria em vários outros elementos, tais como a mente do indivíduo, a capacidade de criação do homem, o conhecimento humano etc. (Cf. MIGUENS, 2002).

Dentro dessa tradição filosófica que pensou e repensou a metáfora, o eminente intelectual francês Paul Ricoeur (1913-2005) se destacou (BARROS, 2011, p. 190). Dialogando com boa parte da literatura – seja a filosófica ou a linguística – acerca da metáfora, Ricoeur elaborou uma visão peculiar a respeito desta figura de linguagem. Em *Metáfora Viva* (2005), livro publicado em 1975, mas fruto de cursos realizados na universidade de Toronto em 1971, o filósofo francês passou em revista uma série de autores que discorreram sobre a metáfora, sem deixar, no entanto, de pontuar sua visão. A preocupação com a metáfora é algo central no projeto hermenêutico de Paul Ricoeur, a ponto de na sua Teoria da interpretação (1999) ter dedicado um capítulo a tal recurso linguístico.

Para pensar a metáfora, Ricoeur discute uma gama de elementos, dentre os quais o enunciado textual se sobressai. Se boa parte das teorias acerca da metáfora destacaram o papel da palavra, do signo, a visão ricoeuriana vai sublinhar a importância do texto para o entendimento da metáfora. Em vez de uma semiótica da palavra, temos uma semântica da frase, ou seja, a proposta de Paul Ricoeur para estudar a metáfora

[...] é consagrada ao exame direto do papel do enunciado, como portador de um sentido completo e acabado, na produção do sentido metafórico” (RICOEUR, 2005, p. 107).

Ao analista caberá situar a metáfora em seu contexto de enunciação, isto é, na frase, no texto. Somente assim poderemos interpretar tal recurso linguístico, pois

[...] a metáfora tem a ver com a semântica da frase, antes de dizer respeito à semântica da palavra. E, visto que uma metáfora só faz sentido numa enunciação, ela é um fenômeno de predicação, não de denominação (RICOEUR, 1999, p. 61).

A metáfora gesta-se no e pelo texto.

Tal visão no tocante à metáfora reflete a importância que o filósofo francês conferiu ao texto, entendido como um discurso escrito. O projeto hermenêutico de Ricoeur assenta-se no texto (NICOLAZZI, 2003, p. 12), no escrito, e não no autor ou em sua mente, como propunha a “[...] hermenêutica romântica [...]” – como pejorativamente chama Ricoeur - do final do século XIX e da qual o filósofo tenta se distanciar. O texto, estrutura analisável que guarda relações com a fala, mas sem ser dela reflexo ou representação direta, é a unidade privilegiada da interpretação, de modo que “[...] nenhuma

teoria da interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita” (RICOEUR, 1999, p. 37). A escrita, inscrita em um texto, compondo um discurso escrito, ganha uma autonomia semântica, isto é, torna-se relativamente independente do autor, da intenção mental deste. Tal fato justifica o empreendimento hermenêutico de interpretar o texto pelo texto, o texto à luz do texto (Cf. RICOEUR, 1999, p. 87-88).

Portanto, a metáfora tem a ver com o texto, vem deste seu sentido. A análise de uma metáfora, feita sob o céu hermenêutico ricoeuriano, deve obrigatoriamente passar pela análise do texto no qual aquele recurso linguístico está inscrito. Tal visão da metáfora abre para o analista uma possibilidade de investigação enorme. Não uma investigação teórica sobre a metáfora, sua irrupção, lógica e funcionamento, mas sim uma reflexão acerca de determinados sentidos de dadas metáforas. Com os aportes de Paul Ricoeur, presentes nos livros *Teoria da interpretação* (1999) e *Metáfora viva* (2005), descortina-se um caminho para analisar as metáforas. É por esse caminho que seguiremos no presente texto.

Nas linhas que se seguem almejamos esboçar uma interpretação de uma metáfora específica, a saber, a metáfora do engenho açucareiro como um reino, exposta pelo romancista paraibano José Lins do Rego, no seu texto-romance *Menino de engenho*, de 1932. Pretendemos analisar, a partir de alguns aportes teóricos ligados à teoria da interpretação ricoeuriana, uma metáfora particular, que atribuiu o sentido de um reino ao engenho senhorial dito nordestino. Como interpretar tal metáfora? Qual é o seu significado ou sentido? Tais são as questões norteadoras do presente trabalho.

O texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira delas, apresentaremos o texto no qual a metáfora do engenho como

um reino está inscrita. Aqui iremos expor sumariamente o enredo central do romance, bem como seus personagens e outras características. Em seguida, partiremos para a análise da metáfora. Discutiremos aqui dois sentidos para a metáfora do banguê como um reino. Na última sessão, finalizando o texto, faremos uma discussão acerca da função da metáfora, articulando-a com nosso objeto, e nos esforçaremos para mostrar a importância deste tropo linguístico, exemplificando com o caso de *Menino de engenho*, nosso texto base ao longo da discussão.

O TEXTO

O texto a partir do qual analisaremos a metáfora do engenho como um reino diz respeito a um romance memorialístico, escrito em 1932, por José Lins do Rego (1901-1957). Ao longo dos 40 capítulos que compõem o texto, verificamos uma narrativa em primeira pessoa apresentar o cotidiano de um engenho senhorial da Paraíba em geral, e, em particular, o dia a dia de um menino naquela espacialidade. Assim, o texto conta a história de Carlinhos, quando este passou sua infância no banguê de seu avô, o coronel senhor de engenho José Paulino. Carlinhos, o personagem principal do romance, é, na verdade, a projeção do autor, de José Lins do Rego quando era criança, pois a infância deste também foi desfrutada no espaço rural dos engenhos. *Menino de engenho* é, portanto, as memórias de menino de engenho do autor. Daí porque nos manuscritos originais do romance constava o título *memórias de um menino de engenho*.

A infância rural na zona canavieira da Paraíba paraibana é o grande tema do texto. Nesse sentido, abordam-se com um tom memorialístico e nostálgico os banhos de rio, as brincadeiras com os moleques, as festas

religiosas, o trabalho de produção do açúcar, as histórias das negras e negros ex-escravos, a figura do avô etc. Com uma narrativa linear, avançando de capítulos em capítulos, o romance oferece um grande quadro regional da experiência infantil açucareira. Desse modo, é significativo que o romance tenha sido dedicado a indivíduos que também tiveram a experiência de menino de engenho. José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Jorge de Lima e Olívio Montenegro, nomes que constam na dedicatória, foram amigos do autor que, em determinados momentos das suas infâncias, experimentaram o dia a dia em um banguê da região tida como nordestina.

Toda essa vivência agrária se dá em um espaço preciso, a saber, o engenho, exemplificado pelas terras do Santa Rosa, nome do banguê de José Paulino. Desde o início do romance, esta espacialidade, construída narrativa e memorialisticamente, aparece como uma espécie de reino. Reluz na narrativa romanesca um forte encantamento com as terras geradoras de cana. Na mente do adulto José Lins que retrata sua meninice, o engenho aparece como uma terra *sui generis*, diferente de tudo o que o autor conhecera. Trata-se de um espaço inigualável, que reúne elementos que só podem ser encontrados ali. Adentremos o texto literário para analisarmos a metáfora do engenho como um reino.

SENTIDOS DA METÁFORA

Um primeiro sentido da metáfora do engenho como um reino que gostaríamos de pôr em tela diz respeito a uma dimensão figurativa, isto é, não literal. Ao associar aquela espacialidade a um reino, o texto produz inicialmente um sentido figurado para o engenho. Descortinemos tal sentido a partir dos diversos enunciados nos quais está

inscrita a metáfora, conforme nos advertiu Paul Ricoeur. A associação entre banguê e reino começa a ser urdida a partir do capítulo 04, quando Carlinhos, após presenciar uma grande tragédia familiar (a morte da mãe pelo pai e o encarceramento deste), é levado para o lugar que se tornaria seu futuro lar: o engenho Santa Rosa. Eis como se inicia o capítulo que marca a chegada do menino à sua nova casa: “[...] três dias depois da tragédia levaram-me para o engenho do meu avô materno. Eu ia ficar ali morando com elle. Um mundo novo se abria para mim” (REGO, 1934, p. 29). É sob o signo da novidade que o texto vai construindo um sentido para o engenho. Novidade essa que compensará uma tragédia familiar. A ida para o banguê representa uma nova vida para o menino que presenciou o esfacelamento de sua família nuclear.

Passados alguns dias na terra do seu avô senhor de engenho, assim se exprime o narrador: “[...] com uns dias mais eu já estava senhor minha vida nova” (REGO, 1934, p. 35). Mesmo tendo passado poucos dias no engenho, a experiência do menino já é retratada como uma vida nova, diferente. Para nós, tal sentido de ineditismo é bastante significativo, pois estabelece um corte entre a vida de Carlinhos antes do engenho e depois no Santa Rosa. Esta espacialidade torna-se um marco na narrativa romanesca. Vivendo no Santa Rosa, uma vida ficará para trás, um passado trágico será esquecido. Somente assim faz sentido falar em uma vida nova. E assim vão se estabelecendo as bases para a metáfora do engenho como reino. Continuemos no texto.

De facto que para mim, que me creara nos banhos de chuvisco, aquella piscina cercada de mata verde, sombreada por uma vegetação ramalhuda, só poderia ser uma cousa do outro mundo. (REGO, 2010, p. 21).

As novidades encontradas no engenho, a possibilidade de viver novas experiências, fazem deste espaço algo novo, inusitado. O banho de rio, os animais espalhados, a vegetação enorme, a casa grande e uma gama de outros elementos nunca vistos pelo menino dão-lhe a impressão de encontrar um universo radicalmente distinto do que estava acostumado a ver. Residente no Recife, Carlinhos nunca tinha visto um engenho. Ao encontrar uma vida nova, o neto de senhor de engenho “[...] se acostuma a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso” (REGO, 1934, p. 18). Como se constata, é a partir de um enunciado que grifa a novidade do engenho que emerge a metáfora do engenho como reino. Vivenciar uma infância em meio a uma natureza campestre, que lhe pode proporcionar novidades, faz o menino identificar o banguê a um reino. Mas qual é o sentido desta associação?

Como dissemos no início deste tópico, o sentido da associação do engenho a um reino consiste, inicialmente, em uma dimensão figurativa. Reino tem a ver com um espaço fabuloso, diferente de tudo o que o menino estava acostumado. Apontemos que a citação anterior, antes de ligar engenho e reino, aproxima aquele a um conto de fadas. Tal aproximação dota a propriedade agrária de uma dimensão mística, mágica. Outra passagem do texto, que retrata as histórias de uma senhora que perambulava pelo mundo contando histórias de Trancoso, envolve o engenho com uma noção de reino encantado:

Quando ella (a senhora) queria pintar um reino, era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Parahyba e a Mata do Rolo. O seu Barba Azul era

um senhor de engenho de Pernambuco (REGO, 1934, p. 89).

Além de associar reino e engenho fabuloso, equiparando-os, o texto mostra ainda uma identificação entre elementos da narrativa fantástica da senhora – os rios e as florestas – e elementos do engenho, como o rio Paraíba e os senhores de engenho. Acreditamos que uma relação do banguê com uma narrativa mítica só faz sentido porque aquele próprio espaço contém elementos que são encarados como seres lendários. Como o engenho é um reino fabuloso, espaço onde o maravilhoso e o fantástico têm lugar, nada impede que seja aproximado às histórias de Trancoso, aos personagens lendários de narrativas folclóricas.

Reino e engenho fabuloso se confundem e se aproximam, um servindo para definir o outro. De fato, pela leitura de Menino de engenho, observamos que um mundo meio mágico se desvela perante os olhos dos leitores. Em alguns episódios pitorescos do romance, o Santa Rosa parece ser um espaço lendário. A visão do engenho como um reino fabuloso explica muitas histórias presentes no romance, como, por exemplo, os casos de lobisomem, papa-figo e outras assombrações, bem como a visita de contadores de histórias. Com relação a esse tema, reproduzamos uma longa citação:

Eu acreditava em tudo isto, e muitas vezes fui dormir com o susto desses bichos infernaes.[...] E a verdade é que tudo isto criava para mim uma vida real. O lobisomem existia, era de carne e osso, bebia sangue de gente. Eu acreditava nelle com mais convicção do que acreditava em Deus. [...] Elle ficava tão perto da gente, ali na mata do Rolo, com suas unhas de espetos e os seus pés de cabra! Um mundo inteiro de duendes em

carne e osso viviam para mim. E o que de Deus nos contavam eram tudo muito do ar, muito do céu, muito do começo do mundo (REGO, 1934, p. 83-85).

Embora tal passagem não traga explicitamente a relação entre engenho e reino, ela contribui para esta associação, na medida em que a metáfora não é algo da palavra ou da frase, mas sim do texto. Não se pode isolar a metáfora do texto, torná-la a parte do enunciado (Cf. RICOUER, 2005, 152). A metáfora é parte integrante do texto, tem existência neste.

Reino fabuloso, mágico, o engenho está envolto em uma aura mística, lendária. Para o narrador que apresenta sua infância de menino de engenho, este espaço se mostra como algo fabuloso, fantástico, povoado de criaturas lendárias. O engenho é um reino porque é um espaço prenhe do maravilhoso, do irreal, do que o discurso racional costuma rotular de fantasioso e imaginário. E essa dimensão, na ótica do narrador, de tão presente se faz mais crível do que certos elementos religiosos, os quais são vistos com certo ceticismo. Para o narrador que descreve suas experiências de menino de engenho, as histórias de Troncoso, os papas-figos, duendes, caiporas e outros personagens lendários revelam-se mais presentes do que certas figuras religiosas. Estas não conseguiam sensibilizar a criança. Mais do que um espaço religioso, o Santa Rosa é mostrado como um espaço encantado, reino fabuloso povoado de criaturas lendárias.

Tal sentido de reino está ligado à voz narrativa do romance. Como apontamos anteriormente, Menino de engenho é um texto memorialístico, no qual um narrador em primeira pessoa descreve sua infância no meio agrário. Ao descrever sua meninice, ora assume a ótica da criança, ora incorpora

a visão do adulto (Cf. CASTELO, 1968, p. 50). Ao fazer essa primeira associação entre engenho e reino encantado, o que verificamos é a realidade sendo descrita conforme a ótica de um menino. Trata-se de uma voz narrativa infantilizada, que assume os olhos pueris de uma criança, sublinhando como este ser enxergava o espaço do banguê de seu avô. É um narrador infantil que produz o primeiro sentido do engenho com um reino encantado. É o adulto tentando assumir olhos infantis que descreve o Santa Rosa como um reino encantado. Por isso há existência de elementos lendários como lobisomens e duendes.

Além de uma voz narrativa pueril, a metáfora do engenho como um reino encantado, prenhe do maravilhoso, habitat de figuras lendárias, nos instrui também acerca do modelo narrativo a partir do qual o narrador monta sua imagem do Santa Rosa. As passagens anteriores do romance mostram que a visão do engenho é edificada com base no gênero narrativo da fábula infantil. O narrador memorialístico parte de histórias infantis, de fábulas contadas para entreter crianças, para urdir um determinado sentido para o banguê. Seu modelo narrativo advém das histórias de Troncoso, do que os adultos do engenho costumavam narrar para os meninos. Isso explica a aura encantada e fantasiosa que reveste o engenho. As referências aos seres folclóricos, como lobisomem, papa-figo, caipora, bicho do mata, os quais abundam em Menino de engenho, indiciam que o modelo literário usado para tecer dados significados ao engenho consiste no relato fabular, tradicionalmente narrado para as crianças. O ensinamento moral, próprio das fábulas infantis, parece ter sido diluído pelo narrador, para apresentar somente a dimensão mítica e maravilhosa.

Sendo assim, a noção de reino da metáfora do engenho como um reino recobre

o Santa Rosa de uma dimensão mítica, fabulosa, bastante ligada à imaginação de uma criança. Na ótica do menino Carlinhos, que aflora nesse momento do texto, seu território da infância revela-se como um ambiente extraordinário, portador do desconhecido e do maravilhoso. O engenho, com suas águas limpas e brancas cercadas por um verde ondulante, com seus personagens sociais que lembram figuras lendárias, ganha o sentido de um reino encantado. No entanto, este é apenas um dos sentidos atribuídos à noção de reino. O banguê de infância presente no texto de Menino de engenho é um reino devido também a um outro sentido, o qual passaremos agora a discutir.

A metáfora do engenho como um reino possui uma outra dimensão, além do aspecto fabuloso. Trata-se, agora, de algo mais mundano e realístico. Vejamos mais uma longa passagem, na qual se tem uma comparação entre dois engenhos:

O Santa Fé ficava encravado no engenho corredor do meu avô. As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera delle um reino, rompendo os limites (REGO, 1934, p. 127).

A metáfora é a mesma (o engenho como um reino), porém, o contexto de enunciação (Cf. RICOEUR, 2005, p. 107) é outro. Já não vemos aqui nenhuma referência a elementos fantasiosos e irrealis. O enunciado trata de elementos concretos e precisa bem o sentido da passagem: o engenho Santa Rosa do senhor de engenho José Paulino é territorialmente extenso. As terras deste homem o envaidecem, de tão largas que são.

Dessa forma, a metáfora do engenho como um reino, a partir de um enunciado textual que marca a amplidão do território, ganha o sentido de uma propriedade agrária dilatada, espaçosa. Léguas e mais léguas de terra fazem do Santa Rosa, engenho de infância de Carlinhos, se assemelhar a um reino grandioso. A noção de reino, que forma a metáfora do banguê como um reino, já não tem aqui o sentido anterior de um espaço marcado pelo maravilhoso, mas sim de uma espacialidade alargada, territorialmente grande. Tem-se agora uma dimensão mais concreta, racional, mundana.

A mudança de sentido da metáfora, a despeito das palavras serem as mesmas (engenho e reino), se explica em razão do contexto, haja vista que “[...] é um enunciado inteiro que constitui a metáfora” (RICOEUR, 2005, p. 135). Segundo Ricoeur, o analista das metáforas deve considerar o enunciado no qual o recurso linguístico aparece. O sentido da metáfora, portanto, depende do enunciado, de modo que quando este muda, aquele pode variar juntamente. Foi isso que aconteceu. A primeira noção de reino da metáfora relacionava-se com o fabuloso em razão do contexto tratar de elementos fabulosos, além da voz narrativa assumir a perspectiva de um menino. O contexto contribuiu na produção do sentido metafórico. O que verificamos agora é uma mudança de enunciado que provoca, por sua vez, uma alteração no sentido da metáfora do engenho como um reino.

De fato, o Santa Rosa é retrado pelo narrador como uma propriedade agrária enorme. Algumas linhas após aquela última passagem destacada, observamos o seguinte enunciado de Menino de engenho: “O Santa Rosa tinha mais de três léguas, de estrema a estrema. E não contente de seu engenho, José Paulino possuía mais oito” (REGO, 1934, p. 96). À extensão da terra junta-se agora um

outro elemento: a vontade de mais e mais terra do senhor de engenho. O coronel José Paulino aparente ter sede e fome de terra, expandindo sempre seus domínios. O caráter vasto do Santa Rosa advém da própria vontade de seu comandante maior. Todavia, a noção de reino não tem a ver somente com uma terra alargada. Dentro desse sentido mais mundano e realístico que afirmamos existir na metáfora do engenho como um reino, predomina também a dimensão do banguê como um espaço unido sob o poder discricionário de um senhor de terras.

O banguê é apontado como um reino também por causa de ser um espaço unido, sem fissuras e conflitos sociais. A noção de reino tal qual aparece em *Menino de engenho*, além do componente territorial alargado, guarda uma dimensão de comunidade, de grupo. Nesse sentido, apontemos mais uma passagem:

Restava ainda a senzala dos tempos de captiveiro. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da Abolição, ficaram todas no engenho. [...] O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E ellas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes succedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animaes domésticos. [...] Ali vivíamos misturados, levando carão das negras mais velhas, iguaes aos seus filhos moleques (REGO, 2010, p. 94).

Mesmo a Abolição, que representou institucionalmente a quebra dos laços entre senhor e escravo, não conseguiu abalar a unidade do Santa Rosa. Negros e brancos, senhores e escravos, ricos e pobres permaneceram iguais mesmo sendo hierarquicamente diferentes, unidos pelo amor ao engenho e à vida nesse espaço. O

engenho não tem conflitos, separações rígidas, pois as diferenças são naturalizadas, cada indivíduo sabe e aceita seu lugar na ordem estamental. Daí porque faz sentido falar dele como um reino unido, coeso e sem fissuras. Esta noção sinaliza para uma unidade, um agrupamento espacial humano coesivo, que se mantém graças a uma autoridade superior. Todo reino se pretende minimamente unido, homogêneo. Em um reino, as clivagens e fissuras tendem a ser abafadas. Por isso, até “[...] nas cozinhas das casas grandes vivem as brancas e as negras, nessas conversas como de iguaes” (REGO, 1934, p. 171).

Ao cruzarmos esta visão do engenho como um reino unido com a figura de seu comandante, obtemos uma candente relação. O senhor de engenho José Paulino é mostrado como uma autoridade que impõe a ordem e a disciplina nas suas terras. Sua autoridade não é questionada e todos se submetem ao seu poderio. Daí o texto apontar que essa figura

[...] tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal elle foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje (REGO, 1934, p.128).

Tal qual um senhor feudal ordenava suas propriedades e estabelecia seu domínio, acontece com o senhor de engenho do Santa Rosa, que inflige a todos o seu poder, mantendo sua terra como um domínio ordenado e harmônico. Não há questionamentos e fissuras no banguê.

O senhor de engenho e avô de Carlinhos é retratado pelo romance como um patriarca, isto é, como um indivíduo que detém o poder em suas mãos e o exerce senhorialmente para além de sua rede familiar extensa. O comando do banguê lhe confere poder. Acerca dessa figura, o texto assim se exprime:

O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muitos nessas suas visitas de patriarca (REGO, 1934, p. 65).

O engenho é um reino composto por vastas faixas de terras e onde todos vivem harmonicamente, tal qual uma comunidade, graças ao seu senhor patriarcal, que implanta uma ordem, estabelece seu domínio, zela pelo seu poder. Nem mesmo um bando de cangaceiros foi capaz de abalar o reino Santa Rosa, tal é sua firmeza e união. Ao percorrer suas extensas terras, fiscalizar cada chão de seu reino, José Paulino mantém firme seu banguê, deixa-o firme e coeso como um reino, inabalável. O engenho é um espaço personalístico, reflexo do poder de um indivíduo que soberanamente comanda sua propriedade. É uma terra que tem dono. Não exageraríamos se dissermos que o Santa Rosa é um reino patriarcal, dada a figura poderosa e aristocrática de seu senhor.

Sendo assim, a metáfora do engenho como um reino também se relaciona com uma dimensão mais histórica. Além da dimensão fabulosa, do engenho como um reino encantado e fantástico, predomina também naquela metáfora uma carga menos utópica. O engenho é um reino porque é grandioso, está assentado em largas faixas de terras governadas firmemente por um senhor de engenho que a todos que submete à sua autoridade patriarcal. A palavra *reino* no texto ora em análise não guarda um único e exclusivo sentido ou significado. Aliás, como bem pontua Ricoeur,

[...] as palavras não têm significação própria, porque elas não têm a significação

própria: não possuem nenhum sentido em si mesmas, porquanto é o discurso, tomado como um todo, que transmite o sentido (RICOEUR, 2005, p. 124).

Não buscamos aqui um único sentido para a metáfora do engenho como reino porque acreditamos que as metáforas, em particular, e as palavras, em geral, só ganham seu sentido a partir do texto, do discurso em que estão inscritas. O sentido da metáfora, como a palavra, varia conforme o enunciado.

O que estamos tentando explicitar até o presente momento do trabalho é que os diferentes sentidos da metáfora do engenho como um reino se dão em razão dos diferentes enunciados presentes em um mesmo texto – no caso, um romance. Esperamos ter mostrado essa variação de sentido quanto à metáfora do engenho como um reino. O sentido da metáfora variou – do engenho como um reino encantado para o engenho como um reino de terras alargadas governadas por um poderoso senhor de engenho – em razão do enunciado. A metáfora está subordinada a este, ao contexto no qual está inscrita. Para ter metáforas é preciso ter discurso, enunciado, texto. Por isso o bem humorado axioma ricoeuriano “[...] não há metáforas no dicionário” (RICOEUR, 2005, p. 152).

O PAPEL DAS METÁFORAS

A metáfora do engenho senhorial nordestino como um reino, cujos sentidos atribuídos por José Lins do Rego em um texto de 1932 foram aqui analisados, não tem apenas uma função ornamental. Como adverte Paul Ricoeur, “[...] a metáfora não é um ornamento do discurso” (RICOEUR, 1999, p. 64). Ao apresentar o banguê como um reino, Menino de engenho está fazendo muito mais do que um mero enfeite textual, pois a razão de ser da metáfora não é apenas florear

o discurso. A metáfora tem todo um trabalho de linguagem (RICOEUR, 2005, p. 150), isto é, é um ato cognitivo, fruto da hábil utilização das palavras, da construção textual etc. Existe um papel extralinguístico da metáfora. E é mostrando essa função, articulando-a com a metáfora do banguê como um reino, que gostaríamos de encerrar este breve texto.

Segundo Paul Ricoeur, todo texto tem um referente, isto é, aponta para algo fora da linguagem. A referência e o sentido do texto são, aliás, os elementos chaves da teoria ricoeuriana da interpretação. A linguagem não constitui “[...] um mundo próprio, dentro do qual cada elemento se refere apenas a outros elementos do mesmo sistema” (RICOEUR, 1999, p. 18). Ela não é um sistema autossuficiente, embora tenha graus de autonomia, que não guardaria nenhuma relação com o mundo, com a realidade. Para o filósofo francês, existiria uma dialética entre linguagem e mundo, texto e realidade. Nesse sentido, a metáfora é um elemento textual privilegiado que faz a conexão com a vida dos homens, com o ambiente sublunar. A metáfora, oriunda de um trabalho de linguagem, sai da linguagem e toca o mundo, desvelando um poder essencial no viver humano.

Em *Metáfora viva* (2005) e *teoria da interpretação* (1999), Ricoeur apresenta, sem discutir muito, o papel organizador da metáfora. Tal tropo linguístico moldaria nosso olhar, enformaria nossa visão acerca de dados objetos. Eis o exemplo de Paul Ricoeur sobre isto: “[...] quando Shakespeare fala do tempo como um ‘pedinte’, ensina-nos a ver o tempo como...a ver o tempo como um pedinte” (RICOEUR, 1999, p. 63). Em outro texto o filósofo exemplifica com a clássica metáfora do homem como um lobo do homem, expressa pelo filósofo Thomas Hobbes. Assim como a metáfora shakespeariana, a metáfora do homem como lobo do homem organiza nossa visão

sobre um dado objeto, lança determinados sentidos sobre um ente, sentidos estes que podem constituir nossa leitura desse mesmo ente (Cf. RICOEUR, 2005, p. 139-141). A metáfora possui um papel pedagógico.

Dessa forma, ao enunciar o engenho como um reino, o romance de 1932 de José Lins do Rego ensinou aos seus contemporâneos e à posterioridade ver o banguê senhorial nordestino como um espaço diferente. Com *Menino de engenho*, o engenho açucareiro, exemplificado pelo Santa Rosa, deixa de ser um mero cenário, de ser apenas uma unidade produtiva referente a um momento da história brasileira. Ao enunciá-lo como um reino de largas faixas de terra cujo poder assenta-se em um poderoso senhor patriarcal, ocorre uma redescritção na maneira como tal espacialidade é vista e dita. A metáfora, em especial, tem o poder de atuar na percepção das pessoas, configurando uma dada dispor para um determinado objeto. A metáfora do engenho como um reino foi vital para sedimentar a visão deste espaço como uma terra vasta, chefiada por um senhor de engenho patriarcal, em que negros e brancos, trabalhadores e patrões viveriam em harmonia. *Menino de engenho* enformou uma visão acerca das propriedades açucareiras do Brasil imperial e anos iniciais da República, quando essas mesmas propriedades apresentavam um claro declínio econômico.

É claro que a imagem do engenho como um reino, exposta na obra literária ora em foco, não atingiu toda a sociedade brasileira, tornando-se um consenso social. Porém, para certos grupos sociais, houve uma considerável ressonância. Isso porque não foram apenas as produções literárias de José Lins do Rego que produziram uma visão grandiosa do banguê senhorial nordestino. Autores como Gilberto Freyre, Jorge de Lima, Mario Sete – para citar apenas os

mais conhecidos - também produziram visões bastante próximas à metáfora do engenho como um reino de *Menino de engenho*. Com certos autores nordestinos do chamado romance de 30, o engenho passou a ser visto como muito mais do que um mero estabelecimento comercial onde se produzia açúcar.

A dimensão econômica, a produção açucareira, por si só, não dão conta do significado do engenho. É preciso apontar sua grande extensão territorial, seus personagens sociais, sua natureza verde e exuberante, sua casa-grande e senzala. O que foi o engenho? Não daria uma resposta convincente quem dissesse que foi simplesmente um local no qual se produzia açúcar. Esta virou uma resposta elementar, inicial, superficial. Para falar de engenho senhorial dito nordestino, pós anos 1930, tornou-se indispensável apontar o caráter patriarcal de seu comandante, a residência senhorial deste e a senzala dos escravos, bem como os rios e as matas que margeiam tal espaço, formando uma natureza exuberante. É necessário ir além do econômico, uma vez que nas décadas iniciais do século XX, a importância do engenho enquanto produtor de açúcar se vê cada vez mais diminuída, ante a produção açucareira industrial das usinas. A importância e grandiosidade do engenho não vêm mais do açúcar.

Se selecionarmos um livro didático de história das últimas décadas e observamos sua caracterização do engenho, veremos que esta espacialidade é bem mais do que uma simples unidade produtiva da economia do Brasil colonial e imperial. O engenho é associado

a latifúndio, servilismo, aristocratismo, escravidão, monocultura, familismo, patriarcalismo etc. Muitos desses significados podem ser articulados com a visão exposta pelo romance de estreia de José Lins. Se não chegamos a caracterizá-lo como um reino, como faz *Menino de engenho*, todavia enfatizamos a vastidão das terras, a figura patriarcal do senhor de engenho, a casa-grande e a senzala, as águas e as matas. Na nossa visão das propriedades açucareiras, consagramos estes elementos como definidores essenciais desse espaço. Isso porque uma série de práticas discursivas e não discursivas formaram nossa visão do engenho. Somos tributários de uma perspectiva idealizante do banguê açucareiro, cuja historicidade remonta ao final do século XIX e décadas iniciais do século seguinte.

A obra literária de José Lins do Rego, assentada em grande parte na glorificação desta espacialidade, contribuiu bastante para o banguê ser muito mais do que uma propriedade agrária. A metáfora do engenho como um reino reveste este espaço de uma dimensão que está para além da produção açucareira. Na verdade, *Menino de engenho* pouco se detém nessa faceta. Interessa-lhe mostrar o quão doce e afável é a vida na propriedade agrária, o quão grandioso e extraordinário é esse espaço. Se a metáfora do engenho como um reino nos ensina que esse espaço é algo majestoso e sublime, que deve ser preservado, ensina-nos também que toda metáfora é um caso de atribuição, pois “[...]a coisa essencial que faz o criador literário é inventar um objeto” (RICOEUR, 2005, p. 147).

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D'. Paul Ricoeur: A consonância dissonante. In: _____. **Teoria da história**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BORGES, J. L. Pierre Menard, autor Del Quijote. In: **Ficciones**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1984. p. 47-60.

CASTELLO, J. A. **José Lins do Rego**: Modernismo e Regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.

DIEGUES JR., M. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola, ministério da agricultura, 1952, p. 64.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 4. ed. Rev. Ampliada: Nova Fronteira, 2000. p. 459.

MIGUÉNS, S. Teorias da metáfora. **Revista da Faculdade de Letras, Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n. 18., 73-112, 2002. Disponível em: <<http://www.academia.edu/294530/Metafora>>. Acesso: em 07 Jan. 2013.

NICOLAZZI, F Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 9, p. 01-16, 2003. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/ndh/downloads/historia_em_revista_09_fernando_nicolazzi.pdf>. Acesso em: 07 Jan. 201.

REGO, J. L. **Histórias da velha Totônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1999.

RICOEUR, P. A metáfora e a semântica do discurso. In: **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2005.

VAINFAS, R. Verbete Engenho. In: **Dicionário do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 201.

FONTE

REGO, J. L. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.